

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sá Carvalho S.A

31 de dezembro de 2025

Com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	2
INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO	2
AMBIENTE REGULATÓRIO	3
DESEMPENHO ECONÔMICO	4
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	5
SEGURANÇA DE BARRAGENS	5
 BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	19
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	20
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	20
7. DEPÓSITOS JUDICIAIS	21
8. IMOBILIZADO	21
9. INTANGÍVEL	23
10. FORNECEDORES	25
11. PROVISÕES.....	25
12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	27
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
14. ENCARGOS SETORIAIS	30
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
16. RECEITA.....	32
17. CUSTOS E DESPESAS	34
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	35
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	35
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	37
 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	42
PARECER DO CONSELHO FISCAL	43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Sá Carvalho

A Sá Carvalho S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, Bairro Santo Agostinho e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$ 36.833 mil, dividido em 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, Sá Carvalho, realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$506 mil, desse montante destacam-se os investimentos de adequação de sistema de energia e conectividade e aquisição de equipamentos diversos.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste apresentaram os seguintes valores: (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 houve a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025)

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço alcançou valor acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes oscilou entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o Sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior valor verificado em janeiro (1,13) e o menor valor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 01 de março de 2026, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2026 a fevereiro de 2027. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 8,00% (7,91% em 2025).

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 22.564 mil em 2025, em comparação a R\$ 52.906 mil no exercício de 2024, representando uma redução de 57,35% justificada, principalmente, pela redução da receita de fornecimento de energia decorrente da renovação da venda a preços inferiores aos praticados anteriormente.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

	2025	2024	Var. %
Resultado líquido	22.564	52.906	(57,35)
Despesa de IR e CS	10.053	25.801	(61,04)
Resultado financeiro	(4.556)	(3.679)	23,84
Depreciação e amortização	13.581	13.596	(0,11)
LAJIDA ⁽¹⁾	41.642	88.624	(53,01)

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita operacional

O fornecimento de energia elétrica para os clientes totalizou 460.247 MWh (não auditado) durante o exercício de 2025 (473.294 MWh em 2024 – não auditado). O fornecimento bruto auferido foi de R\$ 101.590 mil em 2025, comparado a R\$ 162.174 mil no exercício de 2024.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 44.623 mil em 2025, comparado a R\$ 40.485 mil em 2024, apresentando variação de 10,22%.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2025 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$ 4.556 mil, comparado a receita financeira líquida de R\$ 3.679 mil em 2024. A variação se justifica pelo aumento das rendas de aplicações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$10.053 mil, referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 33% em relação ao lucro de R\$30.736 mil

antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$ 25.801 mil, representando 33% em relação ao lucro de R\$ 78.707 mil antes dos efeitos fiscais. Os valores de imposto de renda e contribuição social aumentaram na mesma proporção que aumentaram o resultado antes dos impostos.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025 no montante de R\$ 22.564 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$ 1.952, referente à realização da reserva de ajuste de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$11.762 mil distribuídos como dividendos intercalares pagos;
- R\$ 496 mil referente aos dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$12.258 mil como dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis emergências;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em emergências;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022(Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata à Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)
ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.343	10.358
Títulos e valores mobiliários	4	14.495	21.780
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	6.339	5.436
Tributos compensáveis	6	571	503
Outros ativos		54	95
TOTAL DO CIRCULANTE		24.802	38.172
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	8.215
Tributos compensáveis	6	135	127
Depósitos judiciais	7	4.330	4.181
Imobilizado	8	86.994	92.458
Intangível	9	5.548	13.133
Direito de uso		104	136
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		97.111	118.250
ATIVO TOTAL		121.913	156.422

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)
PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	6.482	3.030
Obrigações sociais e trabalhistas		447	523
Impostos, taxas e contribuições	12	3.725	4.506
Imposto de renda e contribuição social	13	8.737	25.062
Dividendos a pagar	15	496	-
Encargos regulatórios	14	3.437	2.866
Convênio de compartilhamento	19	355	285
Passivo de arrendamentos		42	39
Outras obrigações		-	51
TOTAL DO CIRCULANTE		23.721	36.362
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	14	476	3.362
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	14.635	18.054
Provisões	11	1.017	1.553
Outras obrigações		1	15
Passivo de arrendamentos		84	113
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.213	23.097
TOTAL DO PASSIVO		39.934	59.459
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital social		36.833	36.833
Reservas de lucros		19.625	32.657
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial		25.521	27.473
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		81.979	96.963
PASSIVO TOTAL		121.913	156.422

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	16	72.684	115.513
CUSTOS	17		
Custos com energia elétrica		(19.781)	(13.550)
Custos de Operação		(23.939)	(24.041)
		(43.720)	(37.591)
LUCRO BRUTO		28.964	77.922
DESPESAS	17		
Despesas gerais e administrativas		(1.662)	(1.538)
Outras despesas		(1.200)	(1.356)
Outras receitas		1.959	-
		(903)	(2.894)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		28.061	75.028
Receitas financeiras	18	5.296	4.145
Despesas financeiras	18	(740)	(466)
		4.556	3.679
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		32.617	78.707
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(13.472)	(29.667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.419	3.866
RESULTADO DO EXERCÍCIO		22.564	52.906
Resultado básico e diluído por lote de mil ações – R\$		0,06	0,15

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	22.564	52.906
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	22.564	52.906

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	36.833	29.435	7.367	18.299	-	91.934
Pagamento de dividendos adicionais propostos				(18.299)		(18.299)
Resultado do exercício					52.906	52.906
Realização da reserva de ajustes de avaliação		(1.962)			1.962	-
Destinação do lucro proposta à AGO:					-	-
Dividendos intermediários 2024					(29.578)	(29.578)
Dividendos adicionais propostos				25.290	(25.290)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	36.833	27.473	7.367	25.290		96.963
Aprovação de dividendos adicionais propostos				(25.290)		(25.290)
Resultado do exercício					22.564	22.564
Realização da reserva de ajustes de avaliação		(1.952)			1.952	-
Dividendos intermediários 2025		-	-	-	(11.762)	(11.762)
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios					(496)	(496)
Dividendos adicionais propostos				12.258	(12.258)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	36.833	25.521	7.367	12.258	-	81.979

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	22.564	52.906
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 13)	10.053	25.801
Depreciação (Nota 17)	13.547	13.562
Amortização do direito de uso (Nota 17)	37	34
Juros sobre passivo de arrendamentos	11	12
Juros e variações monetárias (Nota 18)	(144)	(4.080)
Variação monetária de depósitos judiciais (Nota 18)	(144)	(86)
Provisões para contingências (Nota 11)	(536)	819
	45.388	88.968
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(903)	6.063
Tributos compensáveis (Nota 6)	(2.753)	(841)
Depósitos judiciais (Nota 7)	(5)	(2.327)
Outros ativos	38	(30)
	(3.623)	2.865
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 10)	3.452	301
Obrigações sociais e trabalhistas	(76)	17
Encargos setoriais (Nota 14)	(2.315)	75
Convênio de compartilhamento (Nota 19)	70	(2)
Outros passivos	(72)	(74)
	278	(115)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	42.043	91.718
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 13)	(27.120)	(13.824)
Juros recebidos (Nota 4)	5.096	3.686
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.019	81.580
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores mobiliários (Nota 4)	(88.564)	(137.570)
Resgate de Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	99.112	111.981
Imobilizado (Nota 8)	(498)	(304)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	10.050	(25.893)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 15)	(37.052)	(47.877)
Arrendamentos pagos	(32)	(31)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(37.084)	(47.908)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.015)	7.779
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	10.358	2.579
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	3.343	10.358
	(7.015)	7.779

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia” ou “Sá Carvalho”), sociedade anônima de capital fechado, é uma concessionária de geração de energia elétrica domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG). A Companhia é subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“CEMIG GT”) e tem como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia recebeu autorização para exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho (“UHE Sá Carvalho”) por meio da Resolução ANEEL nº 466, de 29 de novembro de 2000 e tem por objetivo a produção e comercialização da energia produzida na referida usina, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias (MG). A Sá Carvalho possui concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da UHE Sá Carvalho, conforme Contrato de Concessão nº 001/2004.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, executa as atividades administrativas e de operação e manutenção da UHE Sá Carvalho.

Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Sá Carvalho, visando garantir o direito de solicitar a renovação da concessão de sua usina, protocolou, em fevereiro de 2023, manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, mediante transferência de controle acionário da sua Controladora Cemig GT conforme Decreto 9.271/2018. Em julho de 2023, a manifestação foi feita pelo regime de Cotas de Garantia Física, conforme Lei 12.783/2013.

Com a publicação da Lei 15.269/2025, que altera a Lei 12.783/2013, a Sá Carvalho protocolou manifestação de interesse em prorrogar a concessão da UHE Sá Carvalho nos termos da nova redação da Lei 12.783, que permite ao Poder Concedente a prorrogação de concessões de geração de energia elétrica por até 30 anos, com pagamento de bônus de outorga.

A Companhia reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação do Contrato de Concessão nº 01/2004, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente.

Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel de todas as regras e condições para a prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Cemig GT, como sua controladora. Essas manifestações de interesse não suspenderão a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões que estão por vencer.

Continuidade operacional

A Companhia considerou em sua análise de continuidade operacional a possibilidade de prorrogação do prazo da concessão previsto na cláusula segunda do contrato de concessão, as manifestações de interesse na prorrogação conforme regulamentação aplicável e o princípio da continuidade operacional do serviço público em caso de inércia do poder público.

Na ausência de decisão do poder concedente, a continuidade da operação decorre do princípio da continuidade do serviço público e da impossibilidade de interrupção do serviço essencial, aplicados de forma sistemática à Lei nº 8.987/1995 e aos contratos de concessão. Caso o MME decida pela não renovação da concessão, ainda é esperada a continuidade da operação pelo mesmo princípio, até a conclusão do processo que irá definir eventual nova concessionária de serviço público da UHE Sá Carvalho.

Adicionalmente, na hipótese de decisão contrária à prorrogação da concessão, a Companhia avalia que poderá contar com o suporte financeiro de sua controladora, por meio de aportes de capital ou instrumentos de financiamento, conforme necessário.

Ademais, nos termos do Contrato de Concessão, no advento do termo final, os bens e instalações vinculados à concessão serão revertidos à União, sendo assegurado o direito à indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

Sob a ótica contábil do CPC 26 e com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no curto prazo. Adicionalmente, não foram identificados indicativos de perda no valor recuperável dos ativos operacionais.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 31 de julho de 2026.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 11 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 13 - Imposto de Renda e Contribuição Social (reconhecimento do diferido e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 16 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 20 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	

Norma e principais alterações	Início da vigência
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.6 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.	01/01/2026
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.	01/01/2027
A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas IFRS.	01/01/2027
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações

financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Contas bancárias				143	641
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	CDI	70,0%	-	1.850	-
Overnight	Pré-fixada	14,60%a14,90%	11,91%a12,15%	1.350	9.717
TOTAL				3.343	10.358

Estão divulgados na nota explicativa nº 20 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	12.649	17.055
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Variação Selic	15,11 a 15,12%	12,41% a 12,45%	1.666	4.420
Debêntures	CDI	TR + 1% a 109,88% CDI	TR + 1% a 122,90%	180	305
				14.495	21.780
Não circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	-	104,2% a 112,0%	-	8.215
				-	8.215
TOTAL				14.495	29.995

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 20. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
			2025	2024
Fornecimento industrial	5.459	-	5.459	5.436
CCEE	880	-	880	-
Total	6.339	-	6.339	5.436

Não há valores vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada de créditos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 20.

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2025	2024
Circulante		
PIS a recuperar ⁽¹⁾	121	84
COFINS a recuperar ⁽¹⁾	555	388
ICMS a recuperar	(105)	31
	571	503
Não circulante		
ICMS a recuperar	49	49
PIS a recuperar ⁽¹⁾	15	14
COFINS a recuperar ⁽¹⁾	71	64
	135	127
Total	706	630

(1)Créditos oriundos da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos. A parcela classificada no ativo circulante possui processo de homologação concluído e processo de compensação com saldos passivos de PIS/Pasep e Cofins, bem como outros impostos federais. Espera-se que tais créditos sejam consumidos ao longo do próximo exercício.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Trabalhistas	2.054	1.910
Tributário	2.244	2.239
Outros	32	32
TOTAL	4.330	4.181

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		220.337	(134.957)	85.380	219.555	(128.995)	90.560
Terrenos	-	106	-	106	114	-	114
Reservatórios, barragens e adutoras	3,26	104.970	(63.088)	41.882	104.746	(60.572)	44.174
Edificações, obras civis, benfeitorias	2,39	20.572	(8.488)	12.084	20.572	(7.906)	12.666
Máquinas e equipamentos	3,12	94.662	(63.357)	31.305	94.096	(60.495)	33.601
Móveis e utensílios	6,25	27	(24)	3	27	(22)	5
		220.337	(134.957)	85.380	219.555	(128.995)	90.560
Em curso	-	1.614	-	1.614	1.898	-	1.898
Total	2,84	221.951	(134.957)	86.994	221.453	(128.995)	92.458

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço							
Terrenos	114	-	(8)	-	106	-	106
Reservatórios, barragens e adutoras	104.746	-	-	224	104.970	(63.088)	41.882
Edificações, obras civis, benfeitorias	20.572	-	-	-	20.572	(8.488)	12.084
Máquinas e equipamentos	94.096	-	-	566	94.662	(63.357)	31.305
Móveis e utensílios	27	-	-	-	27	(24)	3
	219.555	-	(8)	790	220.337	(134.957)	85.380
Em curso	1.898	506	-	(790)	1.614	-	1.614
Total do Imobilizado	221.453	506	(8)	-	221.951	(134.957)	86.994

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço							
Imobilizado							
Terrenos	114	-	-	-	114		114
Reservatórios, barragens e adutoras	104.746	-	-		104.746	(60.572)	44.174
Edificações, obras civis, benfeitorias	20.572	-	-	-	20.572	(7.906)	12.666
Máquinas e equipamentos	93.970	-	-	126	94.096	(60.495)	33.601
Móveis e utensílios	27	-	-	-	27	(22)	5
	219.429	-	-	126	219.555	(128.995)	90.560
Em curso	1.720	304	-	(126)	1.898	-	1.898
Total do Imobilizado	221.149	304	-	-	221.453	(128.995)	92.458

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

Ao final da concessão, os ativos serão revertidos ao Poder Concedente. Os valores correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia, não relacionados ao projeto básico e ainda não depreciados até o término da concessão, serão objeto de indenização, cuja metodologia de mensuração dos ativos e a forma de indenização será definida pela Aneel quando do término da concessão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, limitadas ao período da concessão, são revisadas anualmente pela Administração. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média de depreciação do período foi de 2,84% (2,84% em 2024).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período

estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

O contrato de concessão da UHE Sá Carvalho, prevê que no advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados à concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela Aneel e apurados em auditoria pela Aneel.

Sendo assim, a Companhia possui expectativa de recuperação dos investimentos realizados na operação, representados, principalmente, pelo saldo de ativos imobilizados, ou por meio da operação ou pela indenização prevista em contrato.

9. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização %	2025			2024		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Extensão da concessão - GSF	19,09	39.690	(34.142)	5.548	40.015	(26.882)	13.133
Outros	-	325	(325)	-			
Total	19,09	40.015	(34.467)	5.548	40.015	(26.882)	13.133

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Valor bruto em 31/12/2025	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível⁽¹⁾						
Ativos da Concessão- GSF	39.690	-	-	39.690	(34.142)	5.548
Outros	325	-	-	325	(325)	-
Total	40.015	-	-	40.015	(34.467)	5.548

(1) Em 2025 não houve adições ou baixas na movimentação do intangível.

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Amort. acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível ⁽¹⁾						
Ativos da Concessão- GSF	39.690	-	-	39.690	(26.557)	13.133
Outros	325	-	-	325	(325)	-
Total	40.015	-	-	40.015	(26.882)	13.133

(1) Em 2024 não houve adições ou baixas na movimentação do intangível.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor – GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação.

A referida compensação se deu mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão da concessão.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor

contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

10. FORNECEDORES

	2025	2024
Circulante		
Suprimento de energia elétrica - CCEE	2.490	919
Materiais e serviços	3.992	2.111
	6.482	3.030

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), conforme apresentado na nota explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

11. PROVISÕES

	2025	2024
Provisões		
Trabalhistas	985	1.525
Outras	32	28
	1.017	1.553

	2024	Adições	Reversões	Liquidações	2025
Provisões					
Trabalhistas	1.525	-	(540)	-	985
Outras	28	4	-	-	32
	1.553	4	(540)	-	1.017

	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
Provisões					
Trabalhistas	710	815	-	-	1.525
Outras	24	4	-	-	28
	734	819	-	-	1.553

As provisões e passivos contingentes são:

- R\$737 (R\$693 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, referente a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL nos exercícios de 2008 e 2009, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas;

- R\$985 (R\$1.525 em 31 de dezembro de 2024) cuja chance de perda foi avaliada como provável, referente às ações de natureza trabalhista, onde se discute o pagamento de diferenças do adicional de periculosidade e seus reflexos;
- R\$32 (R\$28 em 31 de dezembro de 2024) cuja chance de perda foi avaliada como provável e R\$237 (R\$214 em 31 de dezembro de 2024) cuja chance de perda foi avaliada como possível, referente a ações ambientais em decorrência de supostas irregularidades em função de sua operação.
- R\$55 (R\$49 em 31 de dezembro de 2024), cuja chance de perda foi avaliada como possível, referente a processo administrativo por inconformidade na homologação do PER/DCOM.
- R\$328 (R\$563 em 31 de dezembro de 2024), cuja chance de perda foi avaliada como possível, referente a processos de responsabilidade civil, onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

As estimativas são realizadas de forma individualizada ou agrupada em casos repetitivos. Em todos os casos, os critérios para classificação de risco envolvem: (i) a adequação do fato ao dispositivo legal pertinente e aos precedentes, ou julgados, de casos semelhantes, se houver, e (ii) a análise das provas e evidências existentes, podendo variar de acordo com a natureza das matérias discutidas nos processos judiciais.

A Companhia revisa a classificação da probabilidade de perda e/ou os valores de um processo administrativo ou judicial de forma periódica e em situações específicas, como: (i) mudança na norma jurídica, (ii) novas evidências ou fatos, (iii) mudança nos precedentes jurídicos, (iv)

auditoria contábil, (v) decisão judicial, (vi) instrução processual, (vii) mudança de composição de turma julgadora e (viii) alteração do patrono da causa.

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
PIS/Pasep	244	206
Cofins	1.317	1.146
ICMS	1.390	2.503
ISSQN	167	181
INSS	579	415
Outros	28	55
Total	3.725	4.506

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Circulante		
Imposto de renda	6.283	18.376
Contribuição social	2.454	6.686
Total	8.737	25.062

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25%, e contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	2025	2024
Passivos fiscais diferidos		
Custo atribuído	(12.749)	(13.589)
Ressarcimento de custos do GSF	(1.886)	(4.465)
Total do passivo líquido	(14.635)	(18.054)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	(18.054)	(21.920)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	3.419	3.866
Saldo final	(14.635)	(18.054)

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2025	2024
Lucro antes dos impostos	32.617	78.707
Contribuições e doações indedutíveis	549	1.025
Custo atribuído	2.970	2.973
Provisão PRL	136	111
Provisão Contingências	4	(815)
Realização ressarcimento custos GSF	7.585	7.588
Outros	(1.264)	1.544
Lucro real	42.597	91.133
Alíquotas (IR 15% e CSSL 9%)	(10.223)	(21.872)
Incentivos fiscais	564	1.042
Outros	(0)	(0)
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180 - 3º tri)	(4.236)	(9.089)
Ajuste de ECF 2023	-	253
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(13.894)	(29.667)
Ativo Diferido	10.708	9.847
Passivo Diferido	(651)	1.524
Base de Cálculo	10.057	11.371
Alíquota	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.419	3.866
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	(10.475)	(25.800)
Alíquota efetiva	32,11%	32,78%
Corrente	(13.894)	(29.667)
Diferido	3.419	3.866

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto no seguinte caso:

Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

14. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2025	2024
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	2.295	2.254
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	29	38
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	27	32
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	299	430
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	719	28
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	53	65
CDE sobre P&D	15	19
	3.437	2.866
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	476	3.362
	476	3.362
TOTAL	3.913	6.228

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico. A movimentação dos saldos é conforme segue:

	31/12/2024	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2025
FNDCT	65	290	(302)	-	-	53
MME	32	146	(151)	-	-	27
P&D	3.389	204	-	(2.637)	239	1.195
	3.486	640	(453)	(2.637)	239	1.275

	31/12/2023	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2024
FNDCT	85	462	-	(482)	-	65
MME	42	231	-	(241)	-	32
P&D	3.334	323	-	(637)	369	3.389
	3.487	1.016	-	(1.360)	369	3.486

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$ 36.833 subscrito e integralizado, constituído por 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2025	2024
Reservas de lucros		
Reserva legal	7.367	7.367
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	12.258	25.290
	19.625	32.657

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 2025 e 2024, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de ajustes de avaliação

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

d) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	22.564	52.906
Realização do custo atribuído	1.952	1.962
	24.516	54.868
Dividendos intercalares	11.762	29.578
Dividendos obrigatórios	496	
Dividendos adicionais propostos	12.258	5.871
Total dos dividendos	24.516	54.868

Ajustes de avaliação patrimonial

Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.473
Realização do custo atribuído	(1.952)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	25.521

e) Destinação do resultado de 2025 – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício no montante de R\$ 22.564, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.952, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$11.762 pago em 2025 como dividendos intercalares;
- R\$ 496 referente aos dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$12.258 como dividendos adicionais propostos.

Os dividendos adicionais devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

f) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Aprovação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2024	25.290
Dividendos mínimos obrigatórios	496
Dividendos Intermediários 2025	11.762
(=) Saldo de dividendos aprovados	
Pagamentos de dividendos	(37.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	496

16. RECEITA

	2025	2024
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	101.590	162.174
Deduções à receita operacional (b)	(28.906)	(46.661)
Receita líquida	72.684	115.513

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	R\$	
	2025	2024
Fornecimento Industrial	96.889	167.506
Fornecimento – Não faturado	815	(6.063)
Transações com energia na CCEE	3.886	731
Total ⁽¹⁾	101.590	162.174

(1) A redução na receita se justifica pela realização um novo contrato de venda de energia com um valor mais baixo. A negociação se enquadra como preço de mercado. O contrato anterior também era um contrato comercial e por sua vez teve um fim.

O único contrato de compra e venda de energia vigente prevê faturamento a preços mensais fixos, atualizados monetariamente em bases anuais pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

b) Deduções à receita operacional

	2025	2024
Cofins	6.395	10.034
Pasep	1.388	2.178
ICMS	17.440	30.151
Reserva Global de Reversão – RGR	790	801
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	640	1.017
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	407	456
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.846	2.024
TOTAL	28.906	46.661

Política contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

17. CUSTOS E DESPESAS

Energia elétrica comprada para revenda

	2025	2024
Energia de curto prazo - CCEE	13.173	14.334
Energia adquirida no ambiente livre ⁽¹⁾	8.624	597
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(2.016)	(1.381)
TOTAL	19.781	13.550

(1) O aumento na compra de energia no ambiente livre de Sá Carvalho em 2025 em relação a 2024 se deve, principalmente, a um GSF menor em 2025 e o considerável aumento do PLD em 2025.

Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas operacionais ⁽¹⁾		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	1.570	1.481	653	960	2.223	2.441
Materiais	862	606	-	-	862	606
Serviços de Terceiros (a)	8.456	7.526	996	729	9.452	8.255
Depreciação	13.581	13.596	-	-	13.581	13.596
Outras Receitas/ Outros custos/despesas (b)	(530)	832	1.213	1.205	683	2.037
TOTAL	23.939	24.041	2.862	2.894	26.801	26.935

(1) As despesas operacionais se referem, em sua maioria, ao reembolso de gastos decorrentes do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos celebrado pela Companhia e demais empresas do Grupo. Maiores informações vide nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

a) Serviços de terceiros (custos de operação)

	2025	2024
Manutenção, Conservação e Instalação	4.426	3.463
Comunicação	50	271
Meio Ambiente	721	651
Mão de obra contratada	2.821	2.580
Tecnologia da informação	204	-
Outros	1.230	561
TOTAL	9.452	7.526

b) Outras despesas

	2025	2024
Subvenções e doações	305	513
Patrocínios – lei Rounet	244	513
Taxas (IPTU, seguros, impostos gerais)	560	257
Diversas	91	73
TOTAL	1.200	1.356

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	5.272	4.207
Variação monetária depósito judicial	144	86
Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(258)	(202)
Rendas por antecipação de pagamento	2	7
Outras receitas financeiras	136	47
	5.296	4.145
Despesas financeiras		
Variação monetária	(239)	(369)
Juros passivo de arrendamentos	(10)	(12)
Outras despesas financeiras	(491)	(85)
	(740)	(466)
Resultado financeiro	4.556	3.679

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira, atualização de créditos tributários, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem sobretudo a variação monetária sobre P&D e PEE e juros de arrendamentos.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(80)	(105)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	355	285	-	-	(875)	(510)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	(363)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.473	619	-	-	(2.722)	(2.580)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.350	9.717	-	-	171	521	-	-
Títulos e valores mobiliários	14.495	21.780	-	-	-	-	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	8.215	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos

no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	44	67
Participação nos resultados	18	19
Previdência privada	2	4
Total	64	90

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		6.339	6.339	5.436	5.436
Títulos e valores mobiliários		5.627	5.627	305	305
		11.966	11.966	5.741	5.741
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	3.200	3.200	9.717	9.717
Títulos e valores mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	7.201	7.201	25.270	25.270
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.666	1.666	4.420	4.420
		12.067	12.067	39.407	39.407
		24.033	24.033	45.148	45.148
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(6.482)	(6.482)	(3.030)	(3.030)
Arrendamentos		(126)	(126)	(152)	(152)
		(6.608)	(6.608)	(3.182)	(3.182)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações

aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
-Pré-fixadas						
Fornecedores	6.482	-	-	-	-	6.482
Arrendamentos	4	8	31	47	98	188
TOTAL	6.486	8	31	47	98	6.670

Outros riscos não financeiros monitorados pela administração

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;

- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Sá Carvalho S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sá Carvalho S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sá Carvalho S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Sá Carvalho S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2025, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2026.

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro Fiscal

Arthur José Fernandes Braz, Conselheiro Fiscal

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro Fiscal